Sábado, 02 de Agosto de 2025

Haddad entrega pessoalmente projeto da tributária a Lira e Pacheco

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou nesta quarta-feira, 24, aos presidentes da Câmara, Arthur Lira e em seguida ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pessoalmente o primeiro projeto de lei complementar que vai regulamentar a reforma tributária promulgada no ano passado pelo Congresso Nacional.

Ao lado de Lira, Haddad fez elogios ao presidente da Câmara e ressaltou seu esforço em ajudar o País. “Entrego mais este projeto sabendo que estou entregando nas mãos de uma pessoa que até agora, desde a transição até ontem, tem demonstrado uma resolutividade, uma determinação em ajudar o País a encontrar seu caminho de desenvolvimento e de justiça social”, disse o ministro.

O ministro afirmou que este projeto traz a solução para um dos “emaranhados” problemas brasileiros, que é o sistema tributário, hoje entre os 10 piores do mundo, disse ele.

Pacheco elogia projeto da tributária

Após entregar o projeto da tributária a Lira, o ministro foi até a Residência Oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Ao receber o documento, o pessedista disse que 2024 será um ano de prioridade para regulamentar a reforma tributária sobre o consumo. Ele comentou que o Parlamento trabalhará para entregar a aprovação do tema ainda neste ano, mesmo com o calendário de eleições municipais.

“É uma alegria receber Haddad com o projeto de lei que hoje foi entregue ao Congresso. Todos sabem do nosso compromisso sobre o tema”, disse Pacheco à imprensa ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na residência oficial do Senado.

Proposta robusta

Pacheco apontou que a proposta entregue hoje é “robusta” e será lida por todos. “Reforma tributária traz um sistema mais igual, mais simplificado, é um passo importante e quero cumprimentar o trabalho de fôlego”, afirmou.

O Ministério da Fazenda destacou há pouco em nota que o projeto de lei complementar (PLP) entregue ao Congresso nesta quarta-feira, 24, contém a maior parte das regras que regulamentam a reforma tributária sobre o consumo, promulgada em dezembro do ano passado. O texto foi apelidado de “Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo”.

O Ministério explicou que a proposta entregue hoje detalha as características do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual a ser implementado pela reforma, que incidirá sobre bens e serviços em substituição a

três tributos federais (PIS, Cofins e IPI), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS).

Agradecimentos de Haddad a Pacheco

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, agradeceu ao Senado o tratamento recebido pela pasta em relação as demandas da equipe econômica e disse estar “muito feliz” com o compromisso assumido pelo Congresso de entregar a regulamentação da reforma tributária sobre o consumo ainda neste ano, que tem o calendário desafiado em razão das eleições municipais. Na residência oficial do Senado, Haddad lembrou que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer votar o texto antes do recesso de julho, dando aos senadores a oportunidade de se debruçar sobre o tema no segundo semestre.

“Quero agradecer pela hospitalidade, assuntos são sempre muito delicados, mas agenda continua avançado e saio muito feliz do encontro com Lira em que declarou-se também um compromisso de votar, com todo cuidado que o assunto merece, antes do recesso de julho e dando oportunidade ao senado no segundo semestre, com as eleições que dificultam os trabalhos, poder aprovar a regulamentação e levar a sanção”, disse Haddad após entregar o primeiro projeto de regulamentação da tributária em mãos a Rodrigo Pacheco (PSD-MG). “Para nós é muito importante esse compromisso ser firmado, como aconteceu no ano passado”, completou.

Promessa

O ministro ainda voltou a ressaltar que a reforma vai proporcionar um sistema mais racional, justo, eficiente e digital. “Podemos ter no Brasil um sistema inteiramente digital. Temos sistema bancário que é um dos mais modernos no mundo, se for aplicado a reforma tributária nas transações correntes do país, vamos poder digitalizar todo o comércio, todas as trocas, de maneira que recursos terão toda a transparência”, disse.

fonte leiaja